


## FOLHA DE APROVAÇÃO

O presente trabalho monográfico:

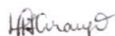
### **O LIVRE ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO**

elaborado pela acadêmica KARLA JOSÉ FERREIRA DE AZEVEDO,  
foi apresentado aos 26 de janeiro de 2007, obtendo a nota 9,5

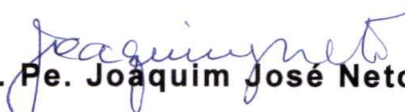
Rubiataba, 26 de janeiro de 2007.



**Prof. José Geraldo da Trindade**



**Profª Helena de Fátima Araújo**



**Ms. Pe. Joaquim José Neto**  
**Orientador e Coordenador do Curso**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Azevedo, Karla José Ferreira de

O livre-arbítrio em Santo Agostinho / Karla José Ferreira de Azevedo – Rubiataba - GO: FACER, 2006.

p.

Orientador: Joaquim José Neto (Mestre)

Monografia (Filosofia)

Bibliografia.

1. Liberdade: Metafísica 2. Escolha 3. Vontade I. Azevedo, Karla José Ferreira de. II. Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba. III. Título.

CDU 123

Elaborada pela Bibliotecária Célia Romano do Amaral Mariano CRB1/1528

## DECLARAÇÃO

Eu, CÉLIA ROMANO DO AMARAL MARIANO, RG nº 5.714.022-4, formada em Biblioteconomia pela Faculdade de Sociologia e Política da USP com diploma registrado no MEC, inscrita no CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – CRB/1-1528, DECLARO para os devidos fins acadêmicos que fiz a revisão das citações e referências bibliográficas da monografia de **KARLA JOSÉ FERREIRA DE AZEVEDO** do curso de Filosofia da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER.

Rubiataba, 7 de fevereiro de 2007

Célia Romano do Amaral Mariano  
Biblioteconomista – FACER  
CRB/1- 1528

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 29. ed Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes,1998.

AGOSTINHO,Santo. **O Livre-Arbítrio**. Tradução Nadir Oliveira. São Paulo: Paulus,1995 (Patrística).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, José Zacarias de. **Agostinho**: buscador inquieto da verdade. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

## CONCLUSÃO

Com Agostinho pude concluir que o livre- arbítrio exige de nós um esforço, pois está ligado a liberdade e está ligada ao poder de escolhas, de decisões.

Todos nós nascemos com o direito à liberdade de escolhas, logo, possuímos um bem muito precioso doado por Deus, mas nem sempre sabemos de fato usá-lo da maneira correta. Confundimos essa liberdade com o fazer tudo que se quer e nos esquecemos que ela seja a auto-determinação para escolher algo. Somos, a partir dessas escolhas, responsáveis por nossos atos e ações, pois possuímos essa liberdade para fazermos o bem e jamais somos obrigados a realizarmos o mal. Quando essas escolhas forem para as coisas más, logo vai se afastando de Deus e ocasionando assim sofrimentos, dores e também a morte. O homem age errado porque a vontade não busca as coisas eternas e sim as temporais que são passageiras.

O livre-arbítrio é a liberdade como possibilidade de escolhas, porque dependendo, do que se escolhe, podemos ter uma vida feliz ou infeliz e após essa escolha, se essa foi boa, obtém-se a liberdade que te possibilita usar bem o livre-arbítrio. Por isso, quando pecamos, a responsabilidade é inteiramente nossa e não de Deus, pois recusamos o bem e praticamos o mal. Pessoa nenhuma é obrigada a pecar, mas se pecar, peca somente pela sua própria vontade.

Podemos contar com o Sumo- Bem, segundo Agostinho que está de braços abertos para nos auxiliar, mas nem sempre conseguimos parar para ouvi-lo. Possuímos tempo para tudo, menos para Deus, para amá-lo e principalmente seguí-lo e praticar seus ensinamentos que nos estimulam ao exercício da liberdade. Ensino que conhecemos, mas muitas vezes ignoramos ou até mesmo só realizamos quando queremos. Pois quase sempre só praticamos o que nos convém. E isso faz com que tenhamos momentos de felicidade, mas não felicidade plena, pois essa, segundo Agostinho, só encontraremos em Deus que é amor e verdade. E quando o buscamos, seremos felizes de verdade, portanto Deus é capaz de nos libertar de nossos males, e isso acontece quando utilizamos a razão na prática do bem e não do mal.

Pelo que se pode observar, Agostinho nos mostra que é possível viver em um mundo sem pecado, basta que o próprio homem se esforce para vencer o pecado e para que isso aconteça, ele deve contar com o auxílio de Deus, ou seja, sua graça.

### **O pecado e a justiça**

Agostinho relata que Deus não é causa de pecado, o pecado é causado pela vontade livre. Sem o auxílio de Deus, ninguém é libertado de seus males. E, utilizando a razão, o homem é capaz de reprová-lo e praticar o bem. Deus nada nos deve, nós é que tudo lhe devemos, porque tudo nos é dado gratuitamente, sem nenhum interesse por trás.

Ora, Deus nada deve a ninguém, porque tudo, dá gratuitamente. E se alguém afirmasse que algo lhe é devido por seus méritos, ao menos é certo que a própria existência não lhe é devida, visto que a quem ainda não existia, nada lhe é devido (AGOSTINHO, 1995, p.201-202).

Ninguém consegue nada por seus próprios méritos a não ser com o divino auxílio. Ninguém é responsável pelo o que não recebeu, mas é culpado, com justiça se fizer o que não devia. É dever fazê-lo, quem receber a vontade livre não devolveu a Deus o que lhe devia pela prática da virtude, dará glória a Deus por um justo castigo. Ninguém poderá passar por cima das leis do Criador, a alma não poderá ter outra alternativa a não ser pagar as suas dívidas, seja usando bem o dom que recebeu, ou perdendo aquilo que não quis exercer corretamente. Pois não poderá existir culpa no ser que durante sua existência não recebeu a capacidade de ser mais perfeito do que foi.

Só há culpa no ser humano que se recusa a ser o que tinha o poder de ser, se o quisesse, pois se trata de recusar um bem que lhe foi concedido, com isso a alma então se torna culpada pela recusa de um bem. Pessoa alguma é obrigada a pecar, se peca, peca somente por sua própria vontade.

vergonhosa, ao qual se segue o estado penal. A pena do pecado possui o objetivo de corrigir o pecador (AGOSTINHO, 1995, p.180).

Para Agostinho existe duas origens do pecado, o pensamento espontâneo e a certeza ou convicção. O pecado é sempre um ato voluntário, pois ninguém ao pecar espontaneamente poderá pecar contra sua própria vontade. Deus é criador de todas as naturezas, tanto das que perseverarem na virtude como também das que poderiam se submeter ao pecado. Sua finalidade foi criar a natureza não para pecar, mas sim para acrescentar algo de bom ao universo, estando ou não a favor do pecado. Toda criatura pára de pecar por sua própria livre vontade, não sendo forçada por necessidade nenhuma, mas por si mesma.

### **O pecado e a bondade das criaturas**

Todas as coisas são boas, mas o ser mal é a privação desta coisa. Tudo que é natureza, segundo Agostinho deve ser designado pela palavra substância e toda essa substância é Deus ou procede de Deus (*Ibidem*, p.192). O pecador não pode queixar-se, a não ser de si mesmo, se vier a ser infeliz. O único pecado é o desprezo da graça, mas caso o homem queira voltar-se para Deus e pôr em prática a sua vontade, Deus não deixará de ajudá-lo porque é bom. Com isso há de se realizar a ordem da divina sabedoria, levando o homem à felicidade, porque se Deus é bondade, com certeza ele não poderá querer para nós algo senão o bem. Se uma natureza é fraca e a outra natureza for forte, ela será corrompida pela livre vontade, logo será corrompida pelo próprio vício e não pelo outro. Mas natureza nenhuma poderá ser corrompida sem estar de fato viciada.

Lembrando que vício é a falta de perfeição de uma natureza. O vício é um mal por se opor à uma natureza na qual se pode atingir e reprovando estes vícios é sempre uma forma de louvar a natureza como Agostinho mesmo cita:

Como eu dizia no começo o vício não é um mal senão por sua oposição à natureza daquela mesma coisa à qual ele atinge. Por isso, será evidente que a natureza de alguma coisa da qual se reprova o vício é uma natureza digna de louvor. Devemos, pois declarar absolutamente que reprovando os vícios é sempre louvar a natureza, a saber, a natureza da qual reprovamos os vícios. ... Logo o que vós faltará à perfeição de uma natureza, eis o que chamamos de "vício" (*Ibidem*, p.197).

divino. Contudo o ser não poderá levantar por si mesmo. Deus por sua presciência não força os acontecimentos futuros a se realizarem, pois o objeto da presciência de Deus são os nossos atos (vontade) livres. Por isso o fato de Deus os conhecer não é condição para forçá-los a se realizarem. Deus sabe que farei ou praticarei tal ação livremente, mas não impede que a ação seja realizada, sem que eu peça seu auxílio divino, pois se interferisse, ele estaria privando-me do que ele próprio me concedeu, o livre-arbítrio. Ele não é autor de tudo que prevê, como por exemplo os atos maus, é apenas justo punidor, logo prever algo, não quer dizer forçar a realizar algo.

### **Relação entre o pecado e a providência divina<sup>3</sup>**

A presciência divina não nos tira o poder da vontade, porque não pecamos senão por nossa própria vontade. Deus é justo e consegue prever tudo. Não podemos culpar a Deus por ter criado a vontade livre, mesmo ela sendo falível e pecadora, porque ele criando a vontade livre, não forçou e não força ninguém a pecar, apenas lhe deu o poder de cometer ou não as falhas, caso o queira. O ser pecador que se encontra em um estado de infelicidade deve isso ao justo castigo permitido pela lei divina, com isso prefere morrer que sofrer. Agostinho vem nos dizer que ninguém quer deixar de existir quando diz que gostaria de morrer do que ser infeliz na vida. Este ser pecador mente, pois o momento que vive é de infelicidade, para seu problema. “A existência dos pecadores contribui para a perfeição do universo” (AGOSTINHO, 1995, p.283). Percebe-se que os pecadores não podem contribuir na condição em que se encontram; de pecadores, mas como vontades livres, possuindo a aptidão para pecar ou não pecar.

Todo o ser que foi criado, seja ele angelical ou humano, justo ou pecador, contribui para a beleza do universo, pois é bom pelo simples fato de somente existir. Não podemos condenar a Deus pela existência de seres humanos menos perfeitos. O que importa não é a criação do ser com seus pecados e desgraças, mas sim as almas enquanto almas, pois se não quiseram pecar não pecam, mas pecando se tornam infelizes. O pecado e o castigo não são seres a parte, e sim estados accidentais dos seres, pois o pecado voluntário conduz a um estado accidental de desordem

---

<sup>3</sup> Evódio não aparece no diálogo, pois não se encontrava em Tagaste ao lado de Agostinho no ano de 395, quando esta obra foi concluída.

### III CAPÍTULO

## A CONCILIAÇÃO ENTRE O PECADO E A PRESCIÊNCIA DIVINA

Segundo Agostinho a alma possui uma inclinação para os bens passageiros desfavorecendo a busca de bens imutáveis. Todo esse movimento afasta-o da vontade de Deus, por isso ele não é correto e sim culpável, pois é um ato voluntário e não natural. Porque quem nos fez é um Deus bom e toda ação boa que pratico é por minha própria vontade e essa vontade foi concedida por Deus. Como ele relata:

Certamente, quem me fez é um Deus bom e, como não posso praticar nenhuma boa ação a não ser por minha vontade, fica, pois bastante claro que é acima de tudo para fazer o bem que a vontade me foi dada por esse Deus tão bom (AGOSTINHO, 1995, p.151).

Diz ele que muitíssimas pessoas não acreditam que a divina providência não possa conduzir com amor os fatos humanos e dizem que suas próprias ações são resultado de uma opção livre, julgando não serem responsáveis por seus atos, pois se pecaram foram conduzidos a isso e entregam-se aos vícios, negando a justiça divina bem como a justiça humana, atribuindo á sorte e ao destino por suas más ações. Agostinho procura então demonstrar que a presciência divina não retira a liberdade de nossos atos e suas conseqüências (*Ibdem*, p.279). Descartando qualquer ação contrária entre a liberdade e presciência. Antes de realizarmos qualquer ato, qualquer ação, Deus já o havia previsto, mas nossa vontade é absolutamente livre. Nada está tanto ao nosso alcance como a vontade. Essa liberdade possui um poder sem limites, tanto para o bem, como para o mal. O livre-arbítrio, juntamente com as suas boas ações, deriva do auxílio

a temperança e a justiça. Essa escolha de optar por algo pertence à vontade, ou seja, depende de nossa vontade de desfrutar ou não do verdadeiro bem.

O livre-arbítrio é um bem em si mesmo, não mal, pois foi concedido e não doado por Deus, que é justo e bom em tudo que faz, atribui infelicidade aos pecadores e felicidade aos que praticam o bem. Deus pune o pecador por não usar a vontade livre para aquilo que ele concedeu.

Segundo Agostinho, era necessário que Deus concedesse ao homem a vontade livre, pois o comportamento do homem não seria pecado nem tão pouco boa ação, se não fosse realizado de modo voluntário. Assim realiza o pecado, como dar recompensa se o homem não fosse dotado de vontade livre (AGOSTINHO, 1995, p. 75). Era necessário que a justiça se fizesse presente no castigo e também na recompensa, pois isso é um bem e Deus é fonte do bem.

## O abuso da vontade livre

O mal segundo Agostinho não é um ser, apenas uma privação do ser. Ele realiza uma análise mais detalhada sobre essa questão do mal, tanto metafísica-ontológica, como física e moral, relatando que não existe o mal em nosso mundo natural; apenas a inferioridade do ser, em comparação ao Sumo Bem ou Deus. A nossa vontade deveria submeter-se apenas a bens superiores e não a bens inferiores, justamente pelo fato dessa vontade livre ser doada por Deus e que é um bem. O mal moral é abusar; ou seja; exagerar no uso desse bem. O mal é o mau uso desse bem. Conforme Agostinho diz: "O fato de se ter recebido de Deus uma vontade livre é para nós um grande bem" (AGOSTINHO,1995, p.16).

O mal físico que presenciamos, como as doenças que logo geram os sofrimentos, dores e também a morte, possui um reflexo em nossa fé, que provém do pecado original, ou seja, provém do mal moral. O homem possui a liberdade para realizar o bem e jamais é obrigado a realizar o mal por uma exigência. Quando ele peca a culpa é inteiramente sua e não de Deus. Agostinho defende a nossa liberdade e a graça divina, e explica a relação existente entre a liberdade, a vontade e a graça. Com a ausência do livre-arbítrio não existiria os problemas e, sem a graça esse livre-arbítrio, não almejaria o bem e mesmo se o almejasse não conseguiria fazê-lo, logo essa graça não possui o poder de acabar com a vontade, mas de transformá-la em boa, pois havia sido má. Contudo a liberdade é que possibilita usar o livre-arbítrio. Com isso quando um ser se encontra em graça, não realizando o mal, ele está no ponto mais alto dessa liberdade e tornando o ser mais livre. Lembrando que Deus não força a liberdade que o ser possui, deixando-o agir livremente e a ato de se submeter a própria vontade é o mal. Essa vontade e o livre-arbítrio fazem com que a mente seja parceira da paixão, não deixando assim a razão dominar a alma e se tornando semelhante a um animal não dotado de razão, apenas de impulsos. O pecado provém desse livre-arbítrio que cada ser possui e ele existindo traz consigo a própria punição. Porque gera desejos, sede de vingança, ambição, inveja, fazendo com que o ser humano abandone a sabedoria, não observando a lei divina e afastando-se de Deus. Já a boa vontade faz o homem viver honestamente, alcançando o reino de Deus; ou seja, está em busca da felicidade que é uma necessidade natural do ser, praticando o bem livremente e gerando assim a prudência, a fortaleza,

mal ensinaste. Pois se, na verdade, for mau, ele não será mestre. E caso seja mestre, não poderá ser mau (AGOSTINHO, 1995, p.27-28).

Antes, porém, de quisermos saber a causa de praticarmos o mal, é preciso entendê-lo. Agostinho então procura entender, juntamente com Evódio, o que seria proceder mal, pedindo que ele citasse algumas ações que considerasse más e ele cita o adultério, o homicídio, os sacrilégios. Vale lembrar que nesta época esses eram os três pecados considerados graves pela Igreja (AGOSTINHO.1995, p.245).

Mesmo acreditando os dois que o adultério é um mal, Agostinho ressalta, no mesmo diálogo, que não basta somente crer é preciso entender por quais motivos o adultério é um mal, pois existem vários homens que foram condenados por praticarem boas ações, como relata o Livro dos Atos dos Apóstolos, onde todos os cristãos daquela época foram dignos de condenação por terem assumido sua fé, lembrando que nessa época era crime crer em Cristo. Pode-se então acreditar que nem tudo que o homem condena pode ser considerado mal e que o mal está em deixar dominar pela paixão que é considerada como dominadora das más ações. O mal, portanto, está no fato de a paixão dominar a razão.

Contudo há paixões que não parecem ser pecado, sendo toleradas pela lei temporal ou civil, pois essa lei procura um bem e permite muitas coisas que a lei eterna condena. O homicídio independente da forma e causa praticado é pecado, pois é movido pela paixão. O que há de justo e legítimo na lei temporal foi retirado da lei eterna. Agostinho por fim, conclui que uma lei que não seja justa, não pode ser chamada de lei.

## II CAPÍTULO

### O LIVRE-ARBÍTRIO<sup>1</sup>

#### O problema do mal

Agostinho e Evódio<sup>2</sup>, através de um diálogo, iniciam a problemática sobre o mal, esse diálogo é iniciado por Evódio com a questão: Deus seria o autor do mal? Agostinho responde a questão de forma bem clara dizendo que Deus não é autor do mal, apenas distribui a recompensa aos bons e o castigo aos maus, sendo que jamais pode punir alguém injustamente. Cada pessoa é responsável pelas suas más ações, já que elas não são praticadas de modo espontâneo. Deus só pode criar coisas boas e cita a inteligência como um dos maiores bens que o homem possui e tudo que possa contribuir para o desenvolvimento dessa inteligência, como por exemplo, a instrução, o ensino, a reflexão, são consideradas como um bem, pois todo mestre que procura levar o discípulo a entender é um mestre bom, senão não poderia ser um mestre. Como ele próprio diz:

Logo, se toda inteligência é boa, e quem não usa da inteligência não aprende, segue-se que todo aquele que aprende procede bem. Com efeito, todo que aprende usa da inteligência e todo que usa da inteligência procede bem. Assim, procurar o autor de nossa instrução, sem dúvida, é procurar o autor de nossas boas ações. Deixa, pois, de pretender descobrir não sei que

---

<sup>1</sup> Livro iniciado por Santo Agostinho no ano de 388, após a morte de sua mãe e concluído no ano 395.

<sup>2</sup> A primeira e a segunda parte do Livre-Arbítrio são compostas em forma de diálogo entre Agostinho e Evódio, enquanto esperavam um navio para África.

#### Quarto período

396-412- Do episcopado à contravérsia pelagiana

396-397- *De agone cristiano*

397- A Doutrina cristã

397-400- *Quaestionum Evangeliorum (ex Matth et Luca)* I. II

400- A instrução aos catecúmenos

- Confissões I. XIII
- 400-401- A virgindade consagrada
- 400-416- A trindade I. XV

#### Quinto período

412-430- Após as lutas pelagianas e até a morte

412- *Epist. CXXXVII ad Volusianum (De incarnat)*

- Marcel
- O espírito e a letra
- 413-426- A Cidade de deus
- 415- Comentários aos Salmos
- 416- *In. Epist. Joanis ad Parthos tr. X*
- 417- *De gestis Pelagii in synod. Diospol. Ad Aurelium episc.*
- 418- A graça de Cristo e o pecado original
- 419- *De conjugii adulterinis* I. II
- 421- O cuidado devido aos mortos
- 426-427- A graça e a liberdade
- A correção e a graça
- 428- *Contra Maximinum arianorum episcopum*
- 428-429- A predestinação dos santos
- O Dom da perseverança
- 429-430- *Opus imperfectum contra Julianum* I. VI

## Obras principais

(Obs.: Muitos nomes ainda aparecem em latim por não serem ainda traduzidos e obedecem ordem cronológica).

### Primeiro período

386 á Páscoa 387- Escritos de Agostinho catecúmeno.

386- Contra Acadêmicos I. III

- Vida Feliz
- Solilóquios
- *De immortalitate anima*
- 387-389- *De musica* I. VI

### Segundo período

387-391-Do batismo ao sacerdócio

387-388-Sobre a potencialidade da alma

388-395-O Livre-ArbitrioI.III. (Iniciado em Roma e terminado na África)

389-*De Magistro*

389-391- A verdadeira religião

### Terceiro período

391- 396- Do sacerdócio à consagração episcopal

391-392- *De utilitate credendi*

391- *Disputatio Cum Fortunatum*

393-394-O Sermão da montanha I. II

- *Expositio quarundam proposit. Ex Epist. Ad Rom.*

- *Expositio Epist. Ad Romanos inchoata expositio*

394-395-*De Mendacio*

- *De Continentia*

## Vida de Santo Agostinho

Aurélio Agostinho nasceu no dia 13 de novembro de 354 em Tagaste, pequena cidade de Numídia, na África. Filho de Patrício, homem de recursos, pagão, mundano, proprietário de terras. Patrício converteu-se ao cristianismo nos últimos anos de sua vida. Sua mãe, Mônica, era fervorosa cristã que sempre rezava para seu filho se converter.

Agostinho viveu muito tempo envolvido com coisas mundanas, teve um romance com uma concubina chamada Flória Emília que o amou profundamente, entregando-se a ele e aos prazeres sexuais em que ele era mestre, tendo um filho por nome de Adeodato. Viveram juntos por doze anos, com o passar do tempo, no entanto, cessou a convivência e ela tornou-se freira. A mãe de Agostinho não era a favor do relacionamento.

Após se converter, Agostinho dedicou-se inteiramente aos estudos, levando seu pensamento a Deus. Tornou-se professor, sacerdote, bispo e foi reconhecido como santo, pois se realizou seguindo o caminho de Deus e desprendendo das coisas mundanas, manifestando seu imenso amor por Deus, como correspondência ao grande amor que recebia de por Deus.

No ano de 429, Agostinho fica doente e morre no dia 28 de agosto de 430, deixando uma síntese filosófica que dominaria o pensamento ocidental por muitos séculos, prevalecendo até hoje.

condição que o ser humano possui de expressar o que pensa. Essa liberdade é vista como uma grande potência e característica do homem, sendo assim sua própria essência, e se manifesta pela capacidade que o ser humano possui de enxergar suas conseqüências e condições em meio à situação que se encontra, em fazer com que ela esteja voltada para seu bem estar; ou seja, para sua realização.

necessidade que o ser humano possui, só que atribuída à totalidade que ao homem pertence. Já na terceira concepção, a liberdade é vista como uma possibilidade de escolha constituída ou composta de limites e condições. Essa liberdade não se modifica mediante as diversas formas que a ela se rege.

**Liberdade** – [Do lat. Libertate.]S. f.

- 1- Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação.
- 2- Poder de agir, no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas.
- 3- Faculdade de praticar tudo quanto não é proibido por lei.
- 4- Supressão ou ausência de toda a opressão considerada anormal, ilegítima, imoral.
- 5- Estado ou condição de homem-livre.
- 6- Independência; autonomia.
- 7- Facilidade, desembaraço.
- 8- Permissão, licença.
- 9- Confiança, familiaridade, intimidade (às vezes abusiva).
- 10- Filosoficamente (Fil.). Caráter ou condição de um ser que não está impedido de expressar, ou que efetivamente expressa, algum aspecto de sua ausência ou natureza- [Quanto à liberdade humana, o problema consiste quer na determinação dos limites que sejam garantia de desenvolvimento das potencialidades dos homens no seu conjunto – as leis, a organização política, social e econômica, a moral, etc. – , quer na definição de potencialidades que caracterizam a humanidade em sua essência, concebendo-se a liberdade como o efetivo exercício dessas potencialidades, as quais, concretamente se manifestam pela capacidade que tenham os homens de reconhecer, com amplitude sempre crescente, os condicionamentos, implicações e conseqüências das situações concretas em que se encontram, aumentando com esse reconhecimento o poder de conservá-los ou transformá-los em seu próprio benefício] (FERREIRA, 1999, p.1209).

Nota-se que a palavra liberdade ora é definida como a capacidade de optar por algo segundo em si mesmo, ora como se fazer tudo que não é imposto por lei ou norma, ora como condição que o próprio homem possui, ou seja; como ser autônomo. Filosoficamente falando é a

## CAPÍTULO I

### VÁRIAS CONOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE LIVRE-ARBÍTRIO DO PONTO DE VISTA ETIMOLÓGICO

**Liberdade**-(lat.Libertas;in:Freedon,Liberty; fr. Liberté; al. Freiheit; it. Libertà). Esse termo possui três significados fundamentais, correspondentes a três concepções que se sobrepuseram ao longo de sua história e que podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

1ª Liberdade - como auto determinação ou auto-causalidade, segundo a qual a L.é ausência de condições e de limites;

2ª Liberdade- como necessidade, que se baseia no mesmo conceito da precedente, a autodeterminação, mas atribuindo-a à totalidade a que o homem pertence (Mundo, Substância, Estado);

3ª Liberdade- como possibilidade ou escolha, segundo a qual a Liberdade é limitada e condicionada, isto é, finita.

Não constituem conceitos diferentes as formas que a Liberdade assume nos vários campos, como p. Ex. Liberdade metafísica, Liberdade moral, Liberdade política, Liberdade econômica, etc., em torno da Liberdade são dominadas pelos três conceitos em questão, aos quais, portanto, podem ser remetidas as formas específicas de Liberdade sobre as quais essas disputas versam (Cf. ABBAGNANO, 1998, p. 606).

Como se pode observar, na primeira concepção, a palavra liberdade é definida como algo que se decide por si próprio sem qualquer interferência externa, como absoluta, incondicional, não possuindo limites. Na segunda concepção, liberdade se define como algo de grande

Por fim, no terceiro capítulo relato a conciliação existente entre o pecado, a presciência divina, a providência divina, a bondade das criaturas e a justiça. Demonstro que nossa alma possui uma inclinação para os bens passageiros, fazendo com que nos afastemos de Deus, pois Deus não se afasta de nós, nós é que nos afastamos dele, ocasionando assim momentos de infelicidade que, por sua vez, podem nos provocar o desejo de repensarmos sobre nossas atitudes, voltando-nos para Deus e colocando em prática sua vontade, pois Deus é bom e nunca deixará de nos ajudar e conduzir o homem à felicidade.

Sem o auxílio de Deus, ninguém é capaz de libertar-se de seus males. Mas de que forma isso poderá ocorrer? Utilizando nossa razão, reprovando o mal e praticando o bem, eis o livre-arbítrio de que fomos por Deus dotados.

## INTRODUÇÃO

Optei por esse tema, tendo em vista que sobre o livre-arbítrio tanto se fala e muitas vezes o utilizamos de maneira errada, justamente por não conhecermos o seu significado verdadeiro e a seriedade com que Santo Agostinho o aborda nos confronta com os ensinamentos das Escrituras. Ademais, esta questão sempre se fez presença em minha cabeça: diante de Deus, de fato somos livres? Deus nos criou para ele, afirmação muito cara a Santo Agostinho, se somos feitos para ele, em que consiste nossa liberdade a não ser nos inclinarmos sempre para ele? Por que então ele nos dotou do livre-arbítrio, correndo o risco de nos perdermos se dele não soubermos fazer uso? O tema é por demais interessante e desafiador e tem despertado o meu interesse desde o início do curso de Filosofia.

Para conhecer melhor o assunto busquei informações sobre o tema e acabei detendo-me longamente na obra de Agostinho que leva esse título, daí em diante foi um trabalho cada vez mais empolgante de fichamentos e conjugação das anotações com minhas interpretações.

O que mais me atrai é o fato de que, dependendo do que se escolhe pode-se obter uma vida feliz ou se pode enveredar pelos caminhos da infelicidade, a escolha é minha. Se essa escolha for boa obtém-se a liberdade que logo é a boa vontade. Assim o livre-arbítrio é a possibilidade de realizar o bem ou se chegar à liberdade como uma necessidade do bem. E o necessário amor ao bem é a liberdade, conforme evidencia Agostinho no seu livro *O Livre-Arbítrio*.

Este trabalho monográfico sobre o livre-arbítrio em Santo Agostinho compõe-se de três capítulos, que procuram demonstrar e compreender um pouco sobre o pensamento agostiniano a respeito.

No primeiro capítulo busco as várias conotações existentes a partir do ponto de vista etimológico e filosófico da expressão livre-arbítrio, relatando um pouco sobre a vida de Santo Agostinho, bem como também suas principais obras.

No segundo capítulo demonstro o problema do mal e o abuso da vontade livre que foram para Agostinho algo intrigante e inquietante desde sua juventude. Agostinho procura expor através de um diálogo com seu amigo Evódio, que Deus não pode ser o autor do mal, apenas distribui recompensas aos bons e o castigo aos maus, jamais poderá punir alguém de ter recebido de Deus uma vontade livre que é para nós um grande bem. O mal é o mau uso desse grande bem.

## SUMÁRIO

Introdução -----	07
------------------	----

### I Capítulo

#### **Santo Agostinho**

Livre-arbítrio, conceituação -----	09
Vida de Santo Agostinho -----	12
Principais obras -----	13

### II Capítulo

#### **Livre-Arbítrio**

O problema do mal-----	15
O abuso da vontade livre-----	17

### III Capítulo

#### **Pecado**

A conciliação entre pecado e a presciência divina -----	19
A relação entre o pecado e a providência divina -----	20
O pecado e a bondade das criaturas -----	21
O pecado e a justiça-----	22

Conclusão -----	23
Bibliografia -----	25

## RESUMO

O livre-arbítrio em Santo Agostinho, refere-se a liberdade da vontade, embora esta nem sempre realize o bem, pois para Agostinho, a vontade não está livre da culpa original e do pecado pessoal, devido o mal ser resultado do mau uso da liberdade do ser humano que o faz escolher o que for bom ou ruim.

O presente trabalho pretende mostrar que o homem possui a liberdade para realizar o bem, e jamais é obrigado a realizar o mal por uma exigência. Quando ele peca, a culpa é inteiramente sua, e não de Deus. Toda e qualquer ação humana provém do livre-arbítrio, que envolve a escolha, e toda escolha implica em perdas e ganhos, que pode levar à felicidade ou não.

**Palavras-Chave:** Liberdade, livre-arbítrio, escolha, responsabilidade e vontade.

**“Só há liberdade quando a graça vem se enxertar no livre-arbítrio e este se torna liberdade.”**

**(Santo Agostinho)**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus,  
pois sem o seu divino auxílio, nada conseguiria realizar.

Aos meus pais  
que tanto se esforçaram para que eu concluísse o curso que tanto almejava.

À minha irmã  
que não mediu esforços em meu benefício.

Aos mestres que tive,  
em especial ao professor Pe. Joaquim José Neto  
que a todo instante demonstrou disponibilidade para conosco, acadêmicos.

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA****FOLHA DE APROVAÇÃO**

Monografia apresentada e entregue aos 26 de Janeiro de 2007.

Hora: 19:00hs

Local: FACER

Acadêmica: Karla José Ferreira de Azevedo.

Título: O Livre-Arbitrio em Santo Agostinho

Nota \_\_\_\_\_

Rubiataba, 26 de janeiro de 2007

Ms. Pe. Joaquim José Neto  
Orientador e  
Coordenador do Curso

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA



**KARLA JOSÉ FERREIRA DE AZEVEDO**

## **O LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Filosofia, sob a orientação do professor Mestre Pe. Joaquim José Neto.

30671  
SA004

Tombo nº	12662
Classif:	123
Ex:	1
Origem:	d
Data:	07-3-07

**RUBIATABA-GO**  
2006

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

**KARLA JOSÉ FERREIRA DE AZEVEDO**

**O LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO**

**RUBIATABA-GO**  
2006